

22 ABRIL

10H30 > ROSSIO > MIN. FINANÇAS

MANIFESTAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM LUTA

Os trabalhadores da Administração Local manifestam-se em Lisboa, no próximo dia 22, para exigir

a **redução dos impostos** e o **aumento dos salários**.

A aplicação das **35 horas** em todo o sector e a publicação dos acordos que consagram este horário máximo é outra reivindicação central.

A jornada irá ainda condenar a ingerência do Governo nas competências das autarquias e reclamar o respeito pela **autonomia do Poder Local**, consagrada na Constituição, e **serviços públicos de qualidade**.

DISJN.º4/Abril-2015

FIM DA SOBRETAXA EXTRAORDINÁRIA DO IRS

Esmagados por consecutivos aumentos de impostos, os trabalhadores exigem o fim da «sobretaxa extraordinária», que todos os meses lhes ceifa uma percentagem significativa dos seus magros salários.

Nada pode justificar impostos «extraordinários», sobretudo num momento em que a ministra das Finanças se gaba de ter «os cofres cheios».

SALARIO MÍNIMO DE 540 EUROS

O valor actual do salário mínimo não permite fazer face ao custo de vida e grande parte dos trabalhadores que o auferem vivem com as suas famílias abaixo do limiar da pobreza. O salário mínimo deve garantir uma subsistência digna. Por isso é urgente o seu aumento progressivo.

AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS

Os trabalhadores da Administração Local, e de toda a Administração Pública em geral, não têm actualizações salariais desde 2009. A isso soma-se o congelamento das suas carreiras, os cortes salariais «provisórios», mas que perduram, e a subida abrupta dos impostos sobre rendimentos e sobre o consumo. Em consequência o poder de compra dos nossos salários caiu mais de 25 por cento nos últimos anos. O aumento geral dos salários é pois uma reivindicação justa e legítima a satisfazer no imediato.

www.stal.pt
www.stml.pt



35 HORAS PARA TODOS E PUBLICAÇÃO DOS ACEP

A luta determinada dos trabalhadores impediu a imposição do aumento do horário de trabalho máximo, para as 40 horas semanais, na maioria das autarquias e outras entidades do poder local.

Vendo gorados os seus intentos, o Governo bloqueou, sem nenhuma base legal, a publicação de mais de meio milhar de acordos colectivos (ACEP), negociados pelo STAL e STML, que consagram as 35 horas.

Não contente, recorrendo a vários estratagemas, tem multiplicado as pressões, as ameaças e a chantagens para que as autarquias denunciem os acordos colectivos que livre e legitimamente celebraram.

Trata-se de um verdadeiro escândalo, intolerável num Estado que se diz de direito!

O próprio Congresso da Associação Nacional de Municípios, realizado no final de Março, na sua resolução, exige: **«O respeito pela autonomia do Poder Local e o direito constitucional na celebração dos Acordos Colectivos de Empregador Público».**

AUTONOMIA DO PODER LOCAL SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

Em vésperas das comemorações do 41.º aniversário do 25 de Abril, os trabalhadores da Administração Local erguem a sua voz em defesa de uma das principais conquistas da Revolução dos Cravos – o Poder Local Democrático.

Apesar da permanente asfixia financeira a que têm sido sujeitos, por sucessivos governos, os municípios, as freguesias e outras entidades autárquicas, têm prestado nas últimas quatro décadas serviços inestimáveis às populações e ao País, afirmando-se como um pilar essencial do regime democrático, assente nos valores de Abril, e elemento determinante no desenvolvimento social, cultural e económico das diferentes regiões.

Hoje, mais que nunca, importa defender a autonomia do Poder Local, face aos violentos ataques movidos pelo Governo PSD/CDS-PP. É imperioso que eleitos, trabalhadores e populações se levantem em prol dos seus interesses e direitos; se envolvam crescentemente no combate às privatizações e exijam serviços públicos de qualidade, dotados dos meios humanos e materiais capazes de satisfazer necessidades vitais das comunidades locais.



O horário máximo das 35 horas é uma conquista histórica dos trabalhadores. Vamos continuar a bater-nos pela sua aplicação a todos, exigindo a negociação de novos acordos e a publicação dos já celebrados.

Na nossa jornada de luta em Lisboa vamos também defender a autonomia constitucional do Poder Local Democrático, nascido com Abril pela mão das populações.



22 ABRIL
MANIFESTAÇÃO
10H 30 > ROSSIO > MIN. FINANÇAS

ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM LUTA